

Os EUA não queriam "punir o Brasil"

por Getúlio Bittencourt de Nagoya

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixou Nagóia no domingo à noite assegurando que o adiamento do empréstimo de US\$ 350 milhões não criou uma questão bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos. E o subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, garantiu que, ao pedir o adiamento, seu país não queria punir o Brasil.

O que ambos fizeram no Japão aponta na direção oposta, o discurso da ministra Zélia na assembléia geral é descrito por alguns como o mais duro pronunciamento de um alto oficial brasileiro sobre os EUA na arena internacional. Ela nota por duas vezes, diretamente, que a primeira coisa que os EUA devem fazer é ajustar sua própria economia.

Outros episódios de conflitos entre o Brasil e os EUA produziram documentos menos incisivos. O tom da ministra Zélia é mais elevado que o gerado pelas cartas falsas atribuídas a Percival Fahrquar que envenenaram as relações Brasil-EUA no governo Arthur Bernardes (1922-1926).

Mesmo minutos antes de suicidar-se, o presidente Getúlio Vargas se referiu ao embaixador dos EUA e suas pressões através do vago termo "forças ocultas", ao escrever sua carta-testamento em agosto de 1954. O conflito pelo mar territorial de 200 milhas e a "guerra da lagosta" no governo João Goulart foi resolvido com notas diplomáticas. E foi um comunicado seco e sem adjetivos que o governo Ernesto Geisel acabou com o acordo militar Brasil-EUA em 1977, como resposta às críticas do presidente Jimmy Carter sobre o respeito aos direitos humanos pelo regime militar.

A professora Zélia disse que o pedido de adiamento do projeto de saneamento básico para o Brasil na realidade "visa estabelecer vinculação nova, ilegítima e inaceitável, entre a consideração de projetos de investimento pela diretoria do BID e as negociações com os bancos privados".

Isso o secretário-geral do Itamaraty, Marcos Azambuja, já havia afirmado na semana passada. Mas a ministra Zélia foi além, ao dizer que os países da América Latina e do Caribe esperam dos países ricos "um apoio claro e sem condicionantes espúrios, em particular pelos organismos financeiros multilaterais, a nossos planos de estabilização e a nossos projetos de desenvolvimento".

O Grupo dos Sete, que mencionou especificamente o Brasil em seu comunicado conjunto durante a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano passado, devido aos juros atrasados com os bancos, é explicitamente acusado pela ministra de usar uma condicionalidade nova e espúria contra o Brasil.

Citando-os pelo outro codinome de países industrializados, ela afirma também que "há muito tempo pesam sobre a economia mundial os reflexos dos graves desequilíbrios fiscais e de transações correntes dos principais países industrializados", isolando em seguida os EUA, ela nota que "não se pode mais adiar a necessidade de um decidido ajuste fiscal" naquele país.

Ressaltando depois os países credores, a ministra da Economia disse esperar que assumam uma posição equilibrada nas próximas negociações, para que "não cedam à tentação de apoiar posturas que pode-



David Mulford

riam levar a ganhos de curto prazo para seus bancos, mas que se provariam insustentáveis a longo prazo".

Ela acrescentou que governos precisam justamente de visão de longo prazo, capaz de fazê-los perceber outros interesses além dos interesses de seus bancos, como por exemplo o de seus industriais, sobretudo os exportadores.

O presidente do banco, o uruguaio Enrique Iglesias, tentou evitar que Zélia fizesse o discurso nesses termos, negociando arduamente um acordo para realizar uma reunião extraordinária da diretoria em Nagóia para aprovar o projeto brasileiro, mas não deu certo.

Logo depois do discurso da ministra brasileira, o chanceler holandês Ian de Jong voltou ao tema, ao observar que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tradicionalmente, como instituição multilateral, vinha se concentrando no exame técnico dos projetos que lhe eram apresentados.

"Recentemente", estranhou o chanceler dos Países Baixos, "pode-se ficar com a sensação de que a discussão sobre empréstimos a projetos foram adiados por outras razões que não a qualidade dos projetos. A Holanda não considera desejável que problemas políticos afetem a aprovação de projetos apresentados ao BID".

Na segunda-feira, o presidente do Banco Central de Israel e um economista mundialmente conhecido, Michael Bruno, foi ainda mais específico. "Divagando um pouco", disse ele, "gostaria de fazer referência ao debate que tem lugar atualmente a respeito do empréstimo projetado do BID ao Brasil." Por mais crítico que se seja do recente comportamento macroeconômico de um país, é importante fazer a distinção entre os critérios com respeito à assistência na balança de pagamentos e o financiamento para um projeto específico.

Bruno acrescentou que "o financiamento de projetos do BID deveria ser julgado por seus próprios méritos, tendo em consideração também os antecedentes sobre o pagamento de dívidas anteriores do emprestador ao BID. Não deveria estar sujeito a considerações externas, ainda que elas sejam válidas em outros contextos multilaterais".

O único governador do Grupo dos Sete Países ricos a tratar do tema foi o chefe do serviço de relações internacionais do Tesouro da França, Denis Samuel-Lajeunesse, que fez também uma ameaça e um aviso — o de que falava em nome do país que preside o Clube de Paris, com o qual o Brasil terá que negociar sua dívida oficial.

Lajeunesse dedicou quatro parágrafos de seu discurso na segunda-feira ao Brasil. "Gostaria agora de referir-me ao difícil caso do Brasil e suas negociações com os bancos comerciais, que se tornaram complexas, que é o mínimo

que se pode dizer, há vários meses."

Por isso, argumentou, "não deve nos surpreender que essas dificuldades tenham tido repercussões nas relações do Brasil com o BID e com outras instituições financeiras internacionais". Em seguida ele notou de passagem que a França vê com satisfação o progresso que o Brasil tem alcançado na negociação de sua dívida externa privada.

Finalmente, Lajeunesse ameaçou: "a França, em geral, como presidente do Clube de Paris, não pode deixar de ressaltar a importância fundamental da continuidade do diálogo entre os países credores e os países em desenvolvimento, já que uma interrupção dessas negociações, que em essência não pode ser mais que temporal, poderia representar uma perda de confiança imediata da comunidade financeira internacional na capacidade de gestão do País".

Enquanto a ministra Zélia disse tudo que queria, o subsecretário Mulford usou um discurso freqüentemente impreciso, mas obteve o que queria. O empréstimo de US\$ 350 milhões para o Brasil não foi aprovado em Nagóia. Em sua entrevista coletiva, Mulford foi inexacto pelo menos três vezes nas três perguntas que teve de responder sobre o caso brasileiro.

1. Disse que o caso do Brasil e da Argentina é diferente, porque enquanto a Argentina está pagando parcialmente os juros bancários, o Brasil não está pagando. Mas é informação de domínio público que o Brasil, desde janeiro passado, está pagando 33% dos juros devidos, enquanto a Argentina paga cerca de 25%.

2. Disse também que os EUA e seus aliados não estão ajudando os bancos comerciais ao adiar a discussão do projeto de saneamento brasileiro. Mas é informação pública que o subsecretário Mulford pessoalmente vem sinalizando para o governo brasileiro desde outubro do ano passado que bloqueios a empréstimos no BID e no Banco Mundial (BIRD) aconteceriam se não houvesse "substancial progresso" nas negociações do País com os bancos. É igualmente informação pública que os bancos comerciais, inclusive através de seu "think tank" em Washington (o instituto de finanças internacionais), pedem que isso aconteça há meses.

3. Como prova de que os EUA não estão tentando punir o Brasil, o subsecretário citou repetidas vezes o apoio de seu país ao desbloqueio do empréstimo de US\$ 102 milhões para o programa de ciência e tecnologia do Finep há três semanas.

Mas é informação pública que na reunião que aprovou o projeto, os EUA votaram contra.

Mulford fez mais. Em sua conversa com a ministra brasileira no banquete inaugural de sábado, ele disse que o problema dos EUA com o empréstimo brasileiro não é a capacidade de pagamento do País nem o acordo virtualmente fechado com os bancos, mas sim o formato de editais e contratações usados pelo Brasil no BID.

Surpresa, a ministra aproveitou um momento em que Mulford ausentou-se da cadeira e chamou o diretor-executivo no Brasil do BID, Pedro Malan, para descobrir de que se tratava. A explicação de Malan sugere que se trata de um novo pretexto encontrado à última hora pelos burocratas de Mulford.

Desde 1973, o Brasil e o México introduziram anexos que descrevem suas normas de concorrência e contratação com empréstimos do banco, numa época em que a instituição não tinha normas-padrão. Mais recentemente, o BID estabeleceu normas-padrão, e 24 dos 25 países aderiram, mas nunca se propôs ao Brasil que também usasse as normas-padrão, até o último dia 25 de março, nas vésperas da consideração sobre o projeto de saneamento.

A principal diferença en-

tre a norma agora usada pelo BID e a do Brasil é o volume mínimo do empréstimo a partir do qual é necessária a publicação de edital internacional. Para concorrência, o limite é de US\$ 200 mil (BID) e US\$ 1 milhão (Brasil) para a compra de bens, e de US\$ 1 milhão (BID) e US\$ 5 milhões (Brasil) para obras.

Mulford voltou a mencionar o assunto no café da manhã em que reuniu os chefes de delegação no domingo para uma pré-discussão da pauta. Para sua surpresa, porém, o substituto da ministra no encontro, Pedro Malan, disse que se esse era o problema, poderia ser resolvido na hora. O Brasil assinava uma carta aceitando os termos gerais dos padrões do BID, e uma reunião extraordinária da diretoria aprovaria o empréstimo de saneamento. Hesitante, mas sem uma saída viável, Mulford aceitou.

Não foi possível fazer a reunião antes do discurso de Zélia, entre outras razões, porque a diferença de fuso horário impedia que se contatassem ministérios nos EUA e na Europa em tempo. Mas a equipe de Mulford usou o quase-acordo do café da manhã para demover ministros latino-americanos, cuja retórica acompanharia a do Brasil nos discursos da tarde, Mulford ganhou de novo.